

UNIDADE 7

A Nova República

Carla Maria Junho Anastasia

Tancredo Neves morreu antes de ser empossado, tornando-se presidente da República seu vice, José Sarney. A chamada Nova República, no seu primeiro ano, manteve as práticas do regime militar, em razão da permanência de grupos ligados ao antigo regime e que haviam participado do processo de abertura política, como você pode ler no Box a seguir. Essas práticas vão se diluindo, gradativamente, com as reformas liberalizantes da Constituição implementadas a partir de 1986.

A Nova República inicia-se com o governo Sarney, que é analisado nesta unidade, com ênfase na instalação na Constituinte e na promulgação da Constituição de 1988 – com a apresentação de seus pontos principais.

A campanha presidencial de 1989 e o governo de Collor são apresentados a seguir, incluindo as denúncias de corrupção, a ameaça de *impeachment* e a movimentação de um novo movimento estudantil – os caras pintadas.

BOX 4

"A crise do regime político militar autoritário foi a face mais visível dos impasses que atingiram o núcleo político da sociedade brasileira no início dos anos 80. Na passagem para a Nova República, o velho regime despiu suas vestes militares, mas manteve a estrutura básica de poder construída pelas Forças Armadas a partir de 1964. No entanto, o corpo institucional legado pelo autoritarismo militar transmitiu-se para um governo civil rarefeito de poder efetivo.

Essa distância entre os direitos institucionais de mando e o poder efetivo de cada centro de poder foi um resultado das crises que deram lugar à transição e o ponto de partida da luta entre tais centros por mais "espaço" no regime político que procuravam construir. O florescimento da democracia no arranjo político pós-autoritário favoreceu a explicitação dos conflitos, de modo que a luta entre os centros estatais de poder moldou fortemente o dia a dia da Nova República.

De forma geral o conflito girou em torno da distribuição de poderes concentrados na presidência da República pelo sistema institucional herdado do regime militar-autoritário. De um lado, o presidente Sarney orientou-se para recuperar os poderes de que dispunha no plano institucional, mas que, de fato, não exercia no início do governo. Em contrapartida, os núcleos de poder, subalternos durante o regime militar mas articuladores da transição para a Nova República – fossem eles formações partidárias, governadores e elites regionais, Congresso ou corporações profissionais nascidas na administração pública – orientavam-se, todos, em sentido contrário [...]

Vale sublinhar, inicialmente, que não houve uma batalha frontal entre o presidente Sarney e o conjunto de poderes subalternos que o desafiavam. De um lado, o presidente não tinha força própria suficiente para se contrapor ao conjunto das tendências político-partidárias que o sustentavam. De outro, cada uma daquelas tendências partidárias foi perdendo organicidade no processo de transição, esmaecendo suas diferenças e convergindo para o centro, compartilhando o poder, mas sem se orientarem conjuntamente, formando aquilo que já foi chamado de "centrismo invertebrado". Repito: não houve confronto global. Alianças entre os vários núcleos de poder fizeram-se e desfizeram-se ao sabor das conjunturas".

SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos.** Dos generais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 119-120; 124.

7.1 A inauguração da nova República

DICAS

Lembre-se que, antes da promulgação da Carta Magna de 1988, a Constituição vigente era a de 1967, emendada em 1969, que garantia amplos poderes ao Executivo.

A escolha de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral foi possível por meio de uma negociação conduzida pelos antigos detentores do poder e pelos setores da oposição. É importante lembrar que os últimos anos do governo Figueiredo foram muito difíceis, em razão do esvaziamento da presidência, abalada pela desagregação de sua base de sustentação parlamentar, pelo enfraquecimento político das Forças Armadas e, finalmente, pela derrota de Paulo Maluf, candidato oficial dos militares no Colégio Eleitoral.

Como já foi afirmado, a morte de Tancredo Neves levou José Sarney à presidência da República. Sarney era um político deslocado na Aliança Democrática e assumiu o cargo, no impedimento de Tancredo, contra a vontade da maioria dos peemedebistas. A sua posse só foi possível em razão da interpretação do texto constitucional defendida pelo presidente do PMDB, Ulisses Guimarães.

Apesar de todos os problemas enfrentados pelas forças políticas, no início da chamada Nova República, não se pode desconsiderar o fato de que ela teve um papel importante para a construção de uma democracia no nosso país.

Na Nova República, os mais diversos setores sociais puderam lutar abertamente na defesa de seus interesses com razoável liberdade de organização e atuação. O ressurgimento da sociedade civil na cena pública contribuiu decisivamente para a consolidação do processo de democratização. Assim, se a Nova República iniciou-se sob o signo do continuísmo, permitiu, ao mesmo tempo, o rearranjo das forças políticas e sociais. Gradativamente, as alianças entre núcleos de poder e os enfrentamentos políticos levaram a uma diminuição acentuada dos poderes que a Presidência e a União herdaram do regime militar.

Podemos dividir em duas fases distintas os resultados e o sentido das disputas travadas entre os poderes da República: a anterior e a posterior à Constituição de 1988. Entre 1985 e 1988, a ênfase foi no desequilíbrio estrutural entre os poderes. Depois de promulgada a Constituição de 1988, reduziram-se os limites institucionais da Presidência e da União frente aos demais centros de poder, o poder efetivo do presidente esvaziou-se, lenta, mas progressivamente, confrontado com o conjunto de forças políticas que pretendiam, cada uma delas, vencer as eleições de 1989, dissociando-se do presidente.

Ao mesmo tempo em que esses processos aconteciam no interior da política institucional, a sociedade brasileira, livre da repressão dos governos militares, tornou-se mais ativa, reivindicando seus direitos, defendendo uma nova cidadania construída de “baixo para cima”.

BOX 5

Nestes tempos em que se redefinem as relações entre Estado, economia e sociedade, em que a crença em soluções redentoras não mais se sustenta, em que exclusões, velhas e novas, se processam numa lógica que escapa às soluções conhecidas, o que parece estar em jogo é a possibilidade de uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais. Antes de ser essa uma questão derivada de alguma fórmula teórica, eu diria que é um certo modo de interpretar conhecimentos recentes, nas possibilidades que se abrem no horizonte histórico da sociedade brasileira.

É possível ver na dinâmica mesma da sociedade registros e sinais que apontam nessa direção. São práticas, experiências e acontecimentos que reatualizam a “invenção democrática” que caracterizou os anos 80, em uma descoberta da lei e dos direitos que se firma e se renova na prática da representação, interlocução e negociação de interesses. Na esfera do trabalho, é uma possibilidade que se enuncia, por exemplo, em acordos setoriais erigidos na base de regras negociadas de conflitos que redefinem as relações entre capital e trabalho, reinventam a articulação entre público e privado e tentam a difícil equação entre economia e direitos, acumulação e equidade, pactuando o sentido de uma modernização necessária. Em outro registro, é isso também o que sugerem lutas sindicais que incorporam a questão do meio ambiente e qualidade de vida, bandeira que não é apenas um item a mais numa agenda de reivindicação, pois faz referência a uma noção de bem comum, opera como uma medida de valor que estabelece um jogo inédito de identificações com moradores e populações afetadas por empresas poluidoras e define uma ordem de responsabilidade que se abre a uma negociação possível entre poderes públicos, empresas, sindicatos e entidades civis.

No terreno das lutas populares e das reivindicações urbanas, é também uma nova contratualidade que se enuncia em uma legalidade emergente construída nas formas negociadas de arbitragem de conflitos, nas quais se processa, ali onde havia antes o jogo bruto da força, uma jurisprudência informal que opera com critérios de justiça substantiva, reinterpreta princípios de lei e cria novos direitos, com que o próprio sentido da lei se redefine com referência pública de legitimação de demandas diversas e generalização da consciência de direitos, nas relações que movimentos organizados passaram a estabelecer com o Estado, deslocando práticas tradicionais de mandonismo, clientelismo e assistencialismo em formas de gestão que se abrem à participação popular [...].

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 98-9.

7.2 O governo Sarney e a Constituição de 1988

Como já foi dito, a força de Sarney oscilou muito frente às outras forças político-partidárias que o enfrentavam. O equilíbrio dos poderes era precário, uma herança do regime militar. As relações entre o Executivo e o Legislativo continuavam baseadas nas práticas fisiológicas, na corrupção e no abuso de poder.

Toda esperança política da sociedade civil brasileira depositada em Tancredo Neves se esvanecia frente à fraqueza do governo Sarney. A convocação da Constituinte foi uma forma de reacender o debate político e afastar de vez o "entulho autoritário", uma vez que o Brasil continuava sob a égide da autoritária Carta Constitucional de 1967, emendada em 1969 visando a garantir os instrumentos necessários ao truculento governo Médici.

Na Constituinte, as forças políticas se dividiam. Os setores mais à esquerda eram formados pelos membros do PT, PDT, PC do B, PCB e parte do PMDB. Foi criado o "Centrão", formado por políticos do PDS, PFL e pela maioria conservadora do PMDB. Interesses corporativos como os dos empresários, que não eram homogêneos e dificultavam o consenso, e da bancada ruralista, liderada por Ronaldo Caaiado, polemizavam as matérias em pauta, especialmente o tema da reforma agrária.

Após meses, o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição para o país que foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

A nova Constituição brasileira instituiu as regras fundamentais para a organização da ordem política em termos democráticos: eleições livres, periódicas e competitivas; igualdade política e soberania popular. Isto é, a nova Carta Constitucional afirma que a soberania emana do povo que escolherá seus representantes por meio de eleições realizadas em in-

tervalos regulares e observadas condições de competitividade (a participação de vários partidos) e de liberdade de expressão e de organização políticas. Instrumentos de democracia direta, tais como plebiscitos, referendos e iniciativa Popular são também institucionalizados e normatizados pelo texto constitucional.

A Constituição estabelece, ademais, que o Brasil é uma República Federativa com uma divisão administrativa que contempla 26 estados e o Distrito Federal. O sistema de governo é o presidencialista, com a independência dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Poder Legislativo no Brasil é bicameral, isto é, composto por uma Câmara Alta, o Senado Federal, no qual fazem representar as unidades da Federação – os estados – e uma Câmara Baixa, a Câmara dos Deputados, na qual se fazem representar os cidadãos da República. O Senado conta com 81 membros e a Câmara dos Deputados com 513.

O seu capítulo da ordem econômica e social garantiu ganhos reais para as classes trabalhadoras, tais como a redução da jornada de trabalho de semanal, a compensação da perda de emprego sem justa causa, a flexibilização das estruturas sindicais, a licença maternidade por quatro meses, o direito de greve.

Na nova Carta, os direitos dos cidadãos foram ampliados, a tortura e o racismo definidos como crimes inafiançáveis. Os índios passaram a ter o direito de demarcação de suas terras e a defesa do meio ambiente tornou-se uma obrigação pública.

Os grandes derrotados nos debates da Constituinte foram os trabalhadores do campo e os sem-terra que viram aprovado um projeto tímido de reforma agrária.



Figura 21: Memorial em Volta Redonda

Fonte: Disponível em dignidade de rebelde.blogspot.com. Acesso: 10 set. 2011

Apesar da recém-editada Constituição, com tantas garantias aos cidadãos brasileiros, o governo Sarney não hesitou em adotar tão violentas quanto nos governos militares. Em novembro de 1988, os metalúrgicos de Volta Redonda iniciaram uma greve, apresentando em sua pauta de reivindicações 26% de reposição salarial, turno de 6 horas de trabalho e a reintegração de 70 operários que haviam sido demitidos. Os metalúrgicos ocuparam a usina e o então ministro do Exército, general Leônidas Pires, ordenou uma intervenção militar na Usina de Volta Redonda. O saldo da violência do Exército foi de três mortos e 42 feridos, o que causou forte impacto na opinião pública.

BOX 6

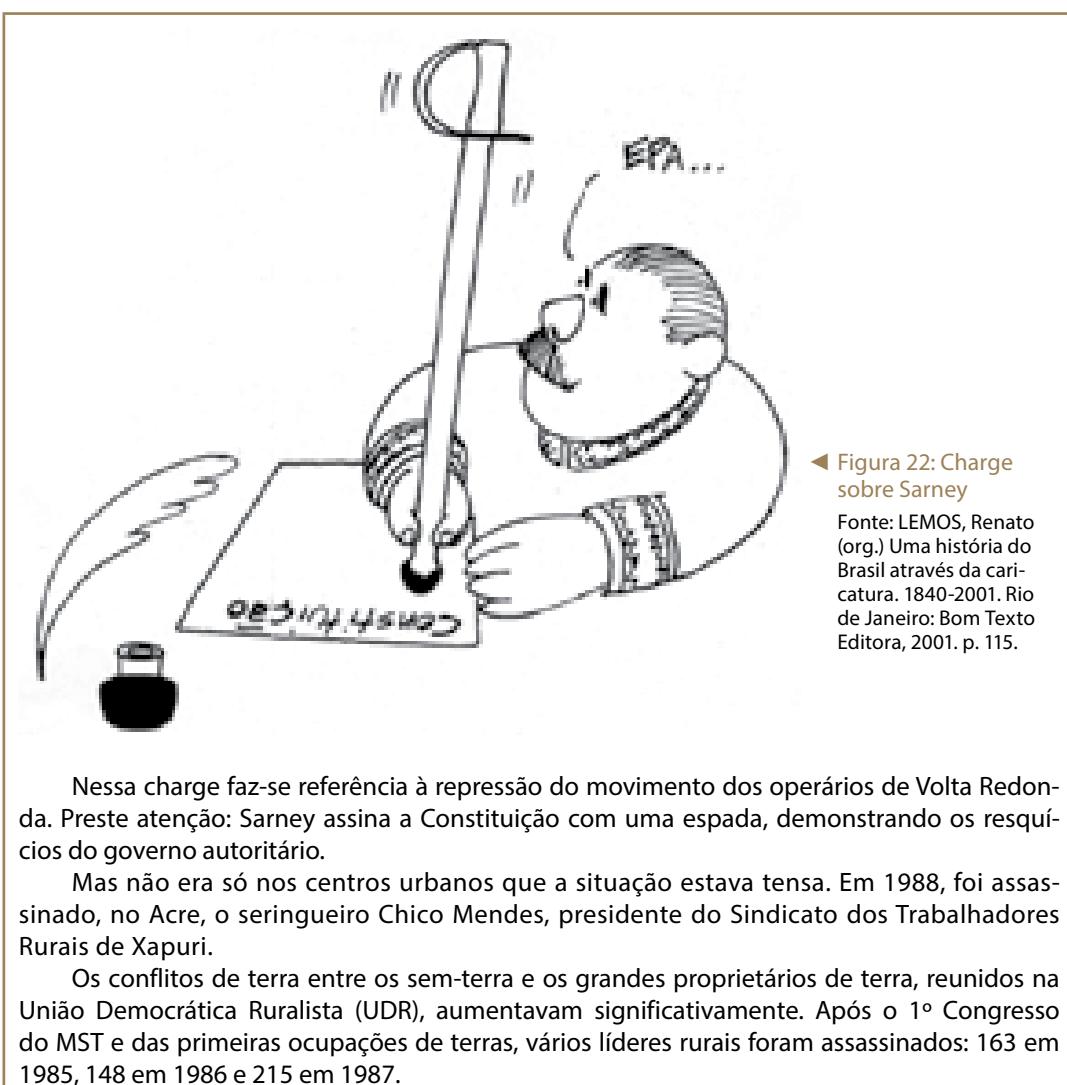


Figura 22: Charge sobre Sarney

Fonte: LEMOS, Renato (org.) Uma história do Brasil através da caricatura. 1840-2001. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2001. p. 115.

Nessa charge faz-se referência à repressão do movimento dos operários de Volta Redonda. Preste atenção: Sarney assina a Constituição com uma espada, demonstrando os resquícios do governo autoritário.

Mas não era só nos centros urbanos que a situação estava tensa. Em 1988, foi assassinado, no Acre, o seringueiro Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

Os conflitos de terra entre os sem-terra e os grandes proprietários de terra, reunidos na União Democrática Ruralista (UDR), aumentavam significativamente. Após o 1º Congresso do MST e das primeiras ocupações de terras, vários líderes rurais foram assassinados: 163 em 1985, 148 em 1986 e 215 em 1987.

7.3 A campanha presidencial de 1989



◀ Figura 23: Candidatos à presidência da República em 1989

Fonte: Veja.abril.com.br .
Acesso: 10 set. 2011.

O governo Sarney deixara a população brasileira desesperançada. Era grande o descrédito com relação às instituições e aos políticos. Foi exatamente nestas circunstâncias que surgiu, como candidato a presidente da República, o alagoano Fernando Collor de Mello, prometendo acabar com o autoritarismo, o clientelismo, a corrupção e a ineficácia da política econômica. Collor, para concorrer às eleições, filiou-se a uma legenda de ocasião, o Partido da Renovação Nacional (PRN), tendo como candidato a vice-presidente o político mineiro Itamar Franco.

Concorreram à presidência mais 21 candidatos. Entre eles, representantes da esquerda como Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Entre os moderados, estavam Ulysses Guimarães, Mário Covas e Aureliano Chaves. Representando a direita, concorriam Paulo Maluf pelo PDS e o próprio Fernando Collor, pelo PRN. Outros candidatos de menor expressão também se habilitaram ao cargo.

A campanha presidencial transcorreu numa conjuntura internacional específica: a do colapso do socialismo e da emergência do neoliberalismo e aprofundamento da globalização. Os dois candidatos mais fortes, Collor e Lula, apresentavam posições diametralmente opostas. Enquanto Collor defendia o receituário neoliberal, Lula voltava-se para a defesa da justiça social, da reforma agrária, da moratória da dívida externa e de uma política de combate à miséria e ao desemprego.

As eleições presidenciais realizaram-se em dois turnos. Collor com 28,52% dos votos, e Lula, com 16,08% seguiram para a disputa no segundo turno.

A campanha foi acirrada e houve um fato que contribuiu decisivamente para a vitória de Collor sobre Lula, no segundo turno: a edição feita pela Rede Globo do debate entre os dois candidatos. Em 3 de dezembro de 1989, os brasileiros foram às urnas para escolher diretamente o presidente da República, o que não faziam desde a eleição de Jânio Quadros em 1960. Collor venceu as eleições com 42,75% dos votos contra os 37,86% de Lula.

7.4 O governo Collor

O início do governo Collor foi de perplexidade para os brasileiros. No dia seguinte de sua posse, sua equipe econômica, comandada por uma ilustríssima desconhecida, Zélia Cardoso de Mello, apresentou o plano econômico cujos objetivos eram os de reorganizar a economia e combater a inflação. As principais medidas adotadas pelo chamado Plano Collor foram:

- o bloqueio das contas correntes e depósitos em cadernetas de poupanças com valor superior a 50 mil cruzeiros;
- o congelamento de preços e salários;
- a substituição do cruzado novo pelo cruzeiro;
- a reforma administrativa do Estado;
- o controle do déficit público.

O impacto do Plano Collor foi tão drástico quanto o caráter de suas medidas. Com o confisco, a população não pode consumir, aprofundando a recessão e levando o Produto Interno Bruto de 1990 a cair 4,4%. Por sua vez, no final do ano, a inflação já atingia 17%. A disposição do presidente, anunciada logo após a sua posse, de matar "com um único tiro o tigre da inflação" não vingou.

O governo Collor representou também a abertura do Brasil para o mercado internacional com a adoção de alguns itens do receituário neoliberal: privatizações de empresas estatais; liberalização das importações; desregulamentação da economia e redução do tamanho do Estado.

Se na economia, Collor foi um "fenômeno", na política sua postura foi ainda mais complicada. Leia o Boxe 5 para perceber quão despreparado o presidente estava para governar o Brasil.

BOX 7

"Farsante", gritavam seus adversários. O termo, pejorativo, não era totalmente equivocado. Na história política brasileira, provavelmente nenhum presidente apresentou uma imagem tão contraditória unindo o moderno e o arcaico. Nunca a aparência, o que o ex-presidente gostaria de ser, se deslocou tanto do que ele realmente foi. A imagem do jovem político elegante, atlético, dinâmico, moderno – inclinado a falar idiomas estrangeiros (mesmo quando só os dominava medianamente), avesso aos abraços e tapinhas nas costas típicos do familiarismo da nossa classe política – escondia a do político tradicional, dado às piores formas do clientelismo brasileiro, à corrupção, à prevaricação, pronto a abandonar a impostação de político do Primeiro Mundo para recorrer, quando contrariado, aos termos mais chulos que estariam mais adequados na boca de um ditador de Terceiro Mundo [...]

O fato de se tratar de um membro da elite da pobre e pequena Alagoas, totalmente desconhecido da imensa maioria do eleitorado brasileiro, permitiu-lhe assumir a imagem do "político apolítico. Não fossem Lula e Brizola seus principais competidores, provavelmente o grande empresariado do Sudeste não teria canalizado tantos recursos para sua campanha [...]

Oriundo de um Estado sem maior peso político na política nacional, eleito através de uma legenda fantasma, seu primeiro governo refletiu essa situação. Do ministério foram excluídos os nomes significativos da política, da economia e da cultura brasileira [...]

Mas a marca de origem não se refletiu apenas na escolha de um primeiro e um segundo escalões inexpressivos e inexperientes, no interior dos quais (e fora deles) mandavam os amigos alagoanos. Refletiu-se também no modo como entendiam que poderiam governar e utilizar em benefício próprio as vantagens do poder. O Brasil foi confundido com o Estado de Alagoas. Imaginaram que a classe política, a tecnocracia e a alta burocracia federal, os empresários, as lideranças sindicais, a imprensa, a intelectualidade e todo o eleitorado (especialmente o do Sudeste) poderiam ser tratados do mesmo modo como a oligarquia alagoana costuma tratar a população pobre e inerme de seu Estado [...]"

7.5 O *Impeachment*

A partir de 1992, a situação do presidente Fernando Collor de Mello, eleito com uma imagem de político moralizador, começou a se complicar. Várias denúncias de corrupção foram estampadas em jornais e revistas. O estilo de vida do presidente, extremamente faustoso, na casa da Dinda, sua residência oficial, chocava os brasileiros.

Em maio de 1992, Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, fez sérias acusações contra o presidente e seu companheiro de campanha, Paulo César Farias, que seria o responsável pelos negócios escusos do presidente Collor. Esses negócios, denunciados por Pedro Collor de Mello, envolviam extorsão, suborno, fraude eleitoral, proteção de empresários, sonegação e evasão ilegal de divisas.

Frente às denúncias de tantas irregularidades, foi imediatamente instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a veracidade das acusações contra o presidente.

Os depoimentos na CPI que investigava os atos do presidente Collor levaram à reconstituição do chamado esquema PC-Collar: lavagem de dinheiro feita pelo tesoureiro da campanha, Paulo César Farias, através de empresas como a Brasil-Jet, do pagamento das despesas da Casa da Dinda – a mansão de Collor em Brasília sumtuosamente reformada com dinheiro do esquema de corrupção e dos correntistas fantasmas – pessoas com nomes e CPFs forjados para viabilizar movimentações financeiras ilegais.

Os resultados da CPI chocaram a sociedade civil brasileira. O movimento estudantil, há muito estagnado, voltou às ruas numa nova roupagem. De caras pintadas e entoando músicas da Tropicália como “Sem lenço, sem documento”, de Caetano Velloso, os estudantes realizaram inúmeras manifestações de repúdio à corrupção que grassava no país.



◀ Figura 24: Os caras-pintadas a favor do *impeachment* de Collor

Fonte: Achetudo e região. com.br Acesso: 12 set. 2011.

Exigia-se, em praça pública, a renúncia ou o *impeachment* do presidente da República, e a voz das ruas chegou ao Congresso Nacional. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados – em votação histórica transmitida ao vivo pela TV e acompanhada por multidões em telões instalados em praça pública por todo o país – aceitou o pedido de *impeachment* do presidente da República.

No sábado, dia 3 de outubro, Collor foi, então, afastado do cargo, para esperar o seu julgamento no Senado por crime de responsabilidade, enquanto a Procuradoria Geral da República o denunciava também ao Supremo Tribunal Federal por crime de “formação de quadrilha”, pelo qual foi absolvido mais tarde.

DICAS

O que é uma CPI?

As CPIs são formadas por parlamentares, encarregados de investigar um fato determinado com prazo estipulado para encerrar e apresentar suas conclusões. No Brasil, em geral, as Comissões Parlamentares de Inquérito são instaladas para apurar irregularidades na administração pública, muito embora possam também analisar questões éticas e políticas. Elas podem ser mistas ou não. Uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito congrega tanto deputados quanto senadores, como foi o caso da CPI dos Correios, no governo Lula.

Antes da votação do Senado, que reiterou o *impeachment*, Collor renunciou. O ex-presidente teve seus direitos políticos cassados por oito anos e autoexilou-se em Miami, nos EUA. De volta ao Brasil, tentou se candidatar à prefeitura de São Paulo, mas teve sua candidatura inviabilizada. Hoje, é senador da República.

BOX 8

O discurso de Collor**DICAS**

Vídeo: Como era velha a Nova República.
Direção: Nilson Araújo.
U-Matic – 22 minutos – 10/88
Produção: Cpce/Século Vídeo/Pró-Memória vídeo.

Vídeo: Da Nova República ao Real (Brasil 500 Anos; o Brasil República na TV). Ministério da Educação . TV Escola – História.

Depois da Transição: democracia e eleições no Governo de Collor.
LAMOUNIER, Bolívar.
São Paulo: Editora Loyola, 1991.

A promulgação de um novo texto constitucional em 1988, após dois anos de trabalho descentralizado se deu, pois, sem um impacto capaz de inaugurar um novo trato das questões institucionais. Assegurou conquistas expressivas por parte dos trabalhadores e dos movimentos sociais, mas deixaram claras, também, a capacidade de pressão e a intransigência das forças conservadoras. Um verdadeiro vácuo de poder se formava em seu rastro, vindo a permitir a ascensão meteórica de um projeto vazio como o de Collor.

Baseado no partido político inexistente – o PRN (Partido da Renovação Nacional) – criado pelo oportunismo das circunstâncias, a nova liderança alimentava-se de um discurso moralizante onde as fronteiras entre o público e o privado eram imprecisas: remanescentes da oligarquia, sua imagem firmava-se como ‘caçador de marajás, visando, sobretudo, ao alto escalação dos empregos públicos’.

O empresariado, mais temeroso com a possibilidade de ascensão de um governo popular do que preocupado em elaborar um projeto de sociedade, terminou por apoiar Collor, tendo à frente o imenso império de Roberto Marinho [...]

Não se pode afirmar ter sido a eleição de Collor uma catástrofe total. A esquizofrenia patenteada pelo confronto entre seu discurso e suas práticas acabaria por voltar-se contra ele mesmo, catalisando, por mais ambíguo que possa parecer, os antagonismos tanto da burguesia quanto do movimento sindical. Seu ponto de confluência consistiu não mais numa fala moralizante, mas num discurso em defesa da ética em todos os domínios do social.

MENDONÇA, Sônia & FONTES, Maria Virgínia. **História recente do Brasil**. São Paulo: Ática, 1994. p. 91-2.

Referências

LEMOS, Renato (org). **Uma história do Brasil através da caricatura**. 1840-2001. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora, 2001

MENDONÇA, Sônia; FONTES, Maria Virgínia. **História recente do Brasil**. São Paulo: Ática, 1994, p. 91-92.

RODRIGUES, Leônio Martins. **Folha de São Paulo**. 30 ago. 1992.

SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos**. Dos generais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 119; 120-4.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 98-9.